Faculdade de Economia

Despacho (extracto) n.º 27584/2007

Por despacho de 18 de Outubro de 2007 do reitor da Universidade Nova de Lisboa, o Licenciado Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho foi contratado, em regime de contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, como Professor Auxiliar Convitado, em regime de tempo parcial (40%), a partir de 01 de Setembro de 2007, por um ano (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

O Relatório a que se refere o n.º 3 do Artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 222, de 29 de Setembro de 1999.

12 de Novembro de 2007. — A Secretária, *Carmelina de Campos Machado Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 27585/2007

Por despacho de 18 de Outubro de 2007 do reitor da Universidade Nova de Lisboa, A Mestre Maria João Vieira Machado foi contratado, em regime de contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, como Professora Auxiliar Convitada, em regime de tempo integral, a partir de 01 de Setembro de 2007, por um ano, renovável até ao máximo de cinco anos, mediante parecer favorável do conselho científico (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

O Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 243, de 20 de Outubro de 2000.

12 de Novembro de 2007. — A Secretária, *Carmelina de Campos Machado Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 27586/2007

Por despacho de 18 de Outubro de 2007 do reitor da Universidade Nova de Lisboa, a Doutora Patrícia Xufre Gonçalves da Silva Casqueiro foi contratada, em regime de contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, como professora auxiliar convidada, em regime de tempo integral, a partir de 1 de Setembro de 2007, por um ano (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

O relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, de 11 de Junho de 2007.

12 de Novembro de 2007. — A Secretária, *Carmelina de Campos Machado Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 27587/2007

Por despacho de 18 de Outubro de 2007 do reitor da Universidade Nova de Lisboa, o Doutor António José Fernandes de Sousa foi contratado, em regime de contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, como Professor Associado Convitado, em regime de tempo parcial (50%), a partir de 01 de Setembro de 2007, por um ano, renovável por iguais períodos mediante parecer favorável do conselho científico (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária

A Comissão Coordenadora do conselho científico da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa analisou a proposta respeitante à contratação do Prof. Doutor António José Fernandes de Sousa, como Professor Associado Convitado.

A proposta veio acompanhada pelo parecer previsto no n.º 2 do artigo 15.º do ECDU (Lei 19/80 de 16 de Julho), subscrito pelos Professores Doutores Manuel Baganha, Professor Associado com agregação da FEUNL, Clara Costa Duarte, Professora Associada da FEUNL e Paulo Soares de Pinho, Professor Associado da FEUNL.

“O Prof. Doutor António de Sousa é Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa e Doutorando em Gestão de Empresas pela Wharton School da Universidade da Pennsylvania, na especialidade de Planeamento Estratégico. Foi professor nas universidades Nova de Lisboa e Católica Portuguesa. Foi, ainda, entre outras funções, Administrador de várias empresas, Secretário de Estado e Governador do Banco de Portugal, sendo presentemente Presidente do Conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos.

O seu currículo empresarial é, pois, de qualidade ímpar, o que a par da sua formação académica avançada faz dele uma personalidade extremamente valiosa para o nosso Mestrado em Gestão de Empresas.

Assim, emitimos parecer favorável à contratação do Prof. Doutor António de Sousa como Professor Associado Convitado”.

Nestas condições a Comissão Coordenadora do conselho científico decidiu, por unanimidade, aprovar a proposta de contratação como Professor Associado Convitado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa do Prof. Doutor António José Fernandes de Sousa.

O Presidente do Conselho Científico, Pedro Pita Barros.

12 de Novembro de 2007. — A Secretária, *Carmelina de Campos Machado Fernandes*.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Belas-Artes

Despacho (extracto) n.º 27588/2007

Por despacho de 24 de Setembro de 2007 do Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, por delegação de competências concedida pelo Reitor da Universidade do Porto, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 17 de Janeiro de 2007, foi o Mestre Emílio Augusto Figueiredo Remelhe contratado como Assistente Convitada, além do quadro a 60%, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2007, auferindo a remuneração mensal líquida de 872,47 euros, da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

11 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *José António Ramalheira Corujo Vaz*.

Despacho (extracto) n.º 27589/2007

Por despacho de 25 de Setembro de 2007 do Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, por delegação de competências concedida pelo Reitor da Universidade do Porto, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 17 de Janeiro de 2007, foi o Licenciado Rui Jorge Leal Ferreira Mendonça da Fonseca, assistente convidado, além do quadro, da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidado além do quadro da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 18 de Outubro de 2007, auferindo a remuneração mensal líquida correspondente ao índice 155, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

11 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *José António Ramalheira Corujo Vaz*.

Faculdade de Economia

Despacho (extracto) n.º 27590/2007

Por despacho de 7 de Novembro de 2007, do director da Faculdade de Economia do Porto, no exercício de delegação de competências concedida pelo reitor da Universidade do Porto, foi ao Prof. Doutor Paulo José Abreu Beleza de Vasconcelos, professor auxiliar desta Faculdade, concedida equiparação a bolsheiro no país no dia 14 de Novembro de 2007.

12 de Novembro de 2007. — A Técnica Superior Principal, *Lídia Soares*.

Faculdade de Letras

Despacho (extracto) n.º 27591/2007

Por despacho de 29 de Outubro de 2007, do Director da Faculdade de Letras, proferido por delegação de competências do Reitor da Universidade do Porto:

- Doutora Isabel Maria Ventura Morujão de Beires, Professora Auxiliar, desta Faculdade, concedida equiparação a bolsheiro, no País, no dia 30 de Outubro de 2007.

13 de Novembro de 2007. — O Director, *Jorge Fernandes Alves*.

Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar

Despacho n.º 27592/2007

Por despacho de 7 de Novembro de 2007 do Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da

Universidade do Porto, no uso da competência delegada pelo despacho n.º 877/2007 do Reitor da Universidade do Porto, publicado no *Diário da República* n.º 12, 2.ª série, de 17.01.2007:

Marco Nuno Fernandes da Silva Reis — contratado como estagiário da carreira técnica superior da área de apoio à gestão do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto, com efeitos a partir da data da entrada em exercício de funções, a verificar-se após publicação no *Diário da República* do despacho autorizatório. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

12 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Sousa Pereira*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Instituto Superior Técnico

Despacho (extracto) n.º 27593/2007

Por despacho do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, datado de 30 de Outubro de 2007:

João Paulo Salgado Arriscado Costeira — Professor Auxiliar de nomeação definitiva, do Instituto Superior Técnico — nomeado a título definitivo, após aprovação em concurso, Professor Associado do quadro do Instituto Superior Técnico, com efeitos a partir da data de aceitação de nomeação, considerando-se exonerada do anterior lugar na mesma data. (Não carece de fiscalização prévia do T.C.)

12 de Novembro de 2007. — Pelo Presidente, *Helena Maria Geirinhas Ramos*.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 27594/2007

Sob proposta do conselho científico, ouvido o Conselho Pedagógico, ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 19.º do Despacho Normativo 81/89 de 30-8 (Estatutos da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), o Senado Universitário da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em reunião de 6 de Novembro de 2002 deliberou o seguinte:

Artigo 1.º

Criação do Curso

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, adiante designada por UTAD, passa a conferir os seguintes graus: (1) Diplomado do Curso Superior Especializado em *Desenvolvimento Local — Territórios, Sociedade e Cidadania*; (2) Mestre em *Desenvolvimento Local — Territórios, Sociedade e Cidadania*.

Artigo 2.º

Objectivos

O curso de Pós-graduação e Mestrado em Desenvolvimento Local — Territórios, Sociedade e Cidadania (adiante designado por CPGMDL) tem como objectivos fundamentais:

1) A fim de permitir o desenvolvimento e reforço da autonomia e competitividade dos territórios, comunidades e organizações, dotar com elevada capacidade analítica, técnica e prática pessoas que actualmente exercem, ou tencionam exercer as funções de técnico, gestor, administrador, animadores, consultor ou formador nos tipos de organização públicas, privadas ou do “terceiro sector” acima mencionadas, viradas à promoção do desenvolvimento local;

2) Dar a conhecer as teorias e conceitos, os métodos, as técnicas e instrumentos que facultem aos pós-graduados e mestrados um quadro de referência adequado tanto a uma actuação com alto nível de profissionalismo, como à promoção activa do desenvolvimento local;

3) Apresentar os mais recentes conhecimentos acerca dos processos, políticas e problemáticas do desenvolvimento local, por forma a preparar pós-graduados e mestrados com a capacidade de intervir em diferentes áreas do saber e da prática;

4) Incentivar a “produção do saber” através da realização de trabalhos académicos e teses de Mestrado;

5) Contribuir para a formação de docentes capazes de incutir, a todos os níveis, nas gerações vindouras de cidadãos e cidadãs a importância de uma maior autonomia e sustentabilidade económica, social, cultural e ambiental nos territórios e comunidades locais;

6) Contribuir para a formação de docentes do ensino universitário e politécnico, de acordo com as disposições legais em vigor;

7) Incentivar a análise crítica, o alargamento e o aprofundamento do saber, através da realização de trabalhos académicos e teses de Mestrado.

Artigo 3.º

Organização e duração do curso

1) O CPGMDL é constituído por duas partes, cada uma com a duração de um ano lectivo;

2) O curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Local é constituído por uma única parte, exclusivamente escolar, com uma duração de dois trimestres, no qual serão frequentadas obrigatoriamente o módulo de Introdução/Orientação (00), mais 10 disciplinas (01 — 10), a que correspondem 15 unidades de crédito, de acordo com o plano de estudos.

3) O CPGMDL é constituído por duas partes, cada uma com a duração de um ano lectivo. A primeira parte é escolar, e decorrerá ao longo de três semestres, durante os quais serão frequentadas obrigatoriamente o módulo inicial Introdução/Orientação (00), mais 12 disciplinas (01 — 12), a que correspondem 18 unidades de crédito, de acordo com o plano de estudos.

4) Tanto para os pós-graduados, como para os mestrados, para além da avaliação realizada no âmbito de cada uma das disciplinas do CPGMDL, haverá um *Exame final*. Este exame abrangerá, de uma maneira integrada, a totalidade da matéria estudada, e, no cálculo da classificação final da parte escolar do Curso, terá o peso equivalente a uma disciplina de 2 unidades de crédito.

5) A segunda parte do curso de Mestrado destina-se à realização da tese, a elaborar e a apresentar nos moldes definidos pela legislação aplicável e pelo regulamento dos Cursos de Pós-graduação em vigor na UTAD.

Artigo 4.º

Habilitações de acesso

São admitidos à candidatura ao CPGMDL os titulares de licenciatura, ou grau legalmente equivalente, em Economia, Sociologia, Antropologia, Ciências Agrárias, Arquitectura Paisagista, Geografia, Administração Pública, Relações Públicas, Comunicação, Gestão, Direito ou outras licenciaturas consideradas relevantes pela Comissão Directiva do Curso, com classificação mínima de 14 valores. Excepcionalmente, em casos devidamente justificados, poderão ser admitidos candidatos cujo *curriculum* demonstre uma adequada preparação científica de base ou experiência profissional relevante, embora com classificação inferior a 14 valores.

Artigo 5.º

Fixação do número de vagas

O funcionamento do Curso está sujeito a limitações quantitativas, máximas e mínimas, a fixar anualmente pelo Reitor, sob proposta da Comissão Directiva do Curso, fixando, igualmente, o número de vagas para docentes do ensino superior e pós-graduandos/mestrados em regime de tempo parcial, bem como o número máximo de alunos extraordinários por disciplina.

Artigo 6.º

Processo de candidatura

1) A candidatura para o CPGMDL será apresentada no local e prazo indicados no respectivo edital, nos termos do artigo 11.º do presente regulamento. O boletim de candidatura será instruído com os seguintes elementos:

- a) *Curriculum vitae*;
- b) Documento comprovativo da habilitação com que se candidata, onde conste a classificação final de Curso;
- c) Certidão informativa final de Curso;
- d) Carta em que o candidato especifica e fundamenta o seu interesse em frequentar o Curso, e, no caso de candidatos ao Mestrado, esboça um tema eventualmente a ser investigado na tese (até 1000 palavras);
- e) Outros elementos que venham a ser exigidos no edital;
- f) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes.